



# TERMO DE USO DO PORTAL DE DADOS ABERTOS DO STJ

## 1. ACEITAÇÃO DO TERMO DE USO

O presente Termo de Uso se refere a um contrato de adesão firmado entre o(a) usuário(a) e o fornecedor deste serviço, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), localizado no SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF.

O uso deste serviço está condicionado à ciência dos termos e das políticas associadas. O(a) usuário(a) deverá ler tais termos e políticas, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao utilizar o serviço, o(a) usuário(a) manifesta estar ciente com relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

## 2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

**Agente público:** Todo(a) aquele(a) que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

**Códigos maliciosos:** São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.

**Terceiro(a):** Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

**Internet:** Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Usuários(as):** (ou "usuário(a)", quando individualmente considerado): Todas as pessoas naturais que utilizarem o *Portal de Dados Abertos*.

**Autenticidade:** qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

**Integridade:** qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

### 3. ARCABOUÇO LEGAL

O arcabouço legal aplicável ao serviço **Portal de Dados Abertos** compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

<a href="#">Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet</a>	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
<a href="#">Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação</a>	Regula o acesso a informações previsto na <a href="#">Constituição Federal</a> .
<a href="#">Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017</a>	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do(a) usuário(a) dos serviços públicos da administração pública.
<a href="#">Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</a>	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
<a href="#">Resolução STJ/GP n. 14 de 22 de junho de 2016</a>	Regulamenta a <a href="#">Lei n. 12.527/2011</a> no Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.
<a href="#">Resolução STJ/GP n. 5 de 28 de fevereiro de 2023</a>	Estabelece a Política de Proteção de Dados Pessoais do Superior Tribunal de Justiça.



[Resolução STJ/GP n. 12 de 27 de abril de 2023](#)

Estabelece diretrizes para a Política de Segurança da Informação do Superior Tribunal de Justiça – PSI.

## 4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

O *Portal de Dados Abertos do Superior Tribunal de Justiça* é uma iniciativa da Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas (CDAD) do STJ que visa promover acesso à informação pública, permitindo que pesquisadores(as), estudantes, jornalistas e cidadãos(ãs) em geral tenham fácil acesso a dados relevantes sobre o funcionamento do STJ em formato aberto e legível por máquina.

## 5. DIREITOS DO(A) USUÁRIO(A) DO SERVIÇO

De acordo com o art. 6º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do(a) usuário(a):

- I. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
- II. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
- III. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- IV. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- V. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
- VI. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
  - a. horário de funcionamento das unidades administrativas;
  - b. serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
  - c. acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
  - d. situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
  - e. valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.



É permitido aos(às) usuários(as), em relação aos dados disponibilizados no *Portal de Dados Abertos do STJ*, usar, reutilizar e redistribuir os dados livremente, inclusive para fins comerciais.

## 6. RESPONSABILIDADES DO(A) USUÁRIO(A)

Quais são as obrigações dos(as) usuários(as) que utilizam o serviço?

O(a) usuário(a) que fizer uso dos dados disponibilizados no *Portal de Dados Abertos* deve indicar a fonte de dados.

O(a) usuário(a) deve usar os dados disponibilizados de forma ética e responsável, sendo vedado o uso para qualquer fim ilícito.

O(a) usuário(a) é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros(as) usuários(as); de terceiros(as), inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo, e de personalidade), que sejam causados ao Superior Tribunal de Justiça, a qualquer outro(a) usuário(a), ou ainda a terceiro(a), inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

O(a) usuário(a) não deve interferir no serviço, tampouco comprometê-lo ou interrompê-lo.

O(a) usuário(a) não deve interferir, comprometer ou interromper servidores ou redes conectadas ao serviço, inclusive por meio da transmissão de qualquer *malware*, *worm*, vírus, *spyware*, ou qualquer outro código de natureza destrutiva ou perturbadora.

O(a) usuário(a) não pode inserir conteúdo ou códigos, ou de outra forma alterar ou interferir na maneira como a página do serviço é exibida ou processada no dispositivo do(a) usuário(a).

O Superior Tribunal de Justiça não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c) Proteção do computador;
- d) Proteção das informações baseadas nos computadores dos(as) usuários(as);
- e) Abuso de uso dos computadores dos(as) usuários(as);
- f) Monitoração clandestina do computador dos(as) usuários(as);



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

g) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos(as) usuários(as);

h) Perímetro inseguro.

O Superior Tribunal de Justiça não se responsabiliza, em nenhuma hipótese, por ocorrências de instalação, no equipamento do(a) usuário(a) ou de terceiros(as), de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet.

O(a) usuário deve utilizar os dados disponibilizados no *Portal de Dados Abertos do STJ* ciente de que:

- os dados são oferecidos “como estão” e sem qualquer garantia de exatidão, de presença ou ausência de erros, de adequação à finalidade ou de outra forma. As únicas garantias oferecidas são de autenticidade e integridade nas definições presentes na [Lei de Acesso à Informação \(Lei n. 12.527/2011\)](#).
- o STJ se reserva o direito de modificar, interromper ou retirar qualquer dado deste portal a qualquer momento, sem aviso prévio.
- o STJ não pode ser responsabilizados por quaisquer danos decorrentes dos fatos acima.

## 7. RESPONSABILIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do(a) cidadão(ã) de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ele também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidos ou custodiados.

O STJ poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, o STJ notificará os(as) titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.



## **8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

A Política de Privacidade estabelecida pelo Superior Tribunal de Justiça e utilizada pelo *Portal de Dados Abertos* trata da utilização de dados pessoais.

Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Para mais informações acesse nossa política de privacidade em <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Politica-de-privacidade-de-navegacao-no-site.aspx>.

## **9. MUDANÇAS NO TERMO DE USO**

A presente versão 1.0 deste Termo de Uso foi atualizada pela última vez em: 03/10/2023.

O(a) editor(a) se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do *Portal de Dados Abertos*, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização do Termos de Uso e da Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos(as) usuários(as).

## **10. INFORMAÇÕES PARA CONTATO**

Em caso de dúvidas relacionadas ao Portal de Dados Abertos entre em contato através da [Ouvidoria do Tribunal](#).

Caso queira exercer algum direito previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), realize a Requisição do Titular de Dados Pessoais através do Sistema de Ouvidoria do STJ (acesse em: <https://ouvidoria.web.stj.jus.br/login/3>). Os detalhes sobre o exercício de direitos do(a) titular de dados pessoais está descrito na Política de Privacidade do STJ (acesse em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Politica-de-Privacidade-STJ.aspx>).

## **11. FORO**



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

As questões decorrentes deste termo de uso serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os(as) titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).